

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2025

O MUNICÍPIO DE TAPEJARA, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EVANIR WOLFF, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 453.376.750-87, portador da Carteira de Identidade nº 3017284674 – SSP/RS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 34/2025, publicado no DOE de 09/05/2025, processo administrativo n.º 3080/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa relacionada na Ata da Sessão Pública do Pregão, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 5208 de 12 de junho de 2023, com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINAS DE TERAPIAS INTEGRATIVAS E DE DANÇA, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital do Pregão nº 34/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas vencedoras, independentemente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos que determina o Art. 84 da Lei nº 14/133/21.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e demais condições ofertadas na proposta está contidos no **Anexo I desta Ata de Registro de Preços**.

4. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/21.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Administração Municipal promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no Mercado, a Administração Municipal deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, a Administração Municipal deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

5.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

7. DAS DISPOSIÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no edital.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo.

7.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 2005, do Decreto n.º 3.555, de 2000, da Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto n.º 3.722, de 2001, da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e da Lei n.º 14.133/21, subsidiariamente.

7.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Tapejara, com exclusão de qualquer outro.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DESIGNAÇÃO DO FISCAL

8.1. Ficam designados os servidores a seguir relacionados, para fiscalizar a ata de registro de preços.

- Albina Capeletti, CPF n.º 022.466.819-60 – Secretaria da Saúde;
- Mara Cristina Paiva Angeliero, CPF n.º 012.820.790-69 – Secretaria do Desenvolvimento Social;

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelos contratantes e fiscais.

Vinte e seis Junho 2025

EVANIR WOLFF
MUNICÍPIO DE TAPEJARA

LUIZ FÁBIO RIBEIRO PAES
LUIZ F R PAES ME

ALBINA CAPELETTI
FISCAL

MARA CRISTINA PAIVA ANGELIERO
FISCAL

ANEXO I

2208491 - LUIZ F R PAES ME					
Item	Produto	Unid.	Quant.	Valor Unitário.	Valor Total.
1	Instrutor (a) para Oficina de MASSOTERAPIA sendo que o Profissional deverá ter Certificado dentro da Área da Saúde, Técnico ou especialista, com Curso de Massoterapeuta de 40 Horas.	H	150	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00
2	Instrutor (a) para Oficina de REIKI sendo que o Profissional deverá ter certificado ou Curso Nível Iii-B Ou Iv Do Reiki Usui.	H	150	R\$ 80,00	R\$ 12.000,00
3	Instrutor (a) para Oficina de YOGA sendo que o Profissional deverá ter Certificado ou Curso da Associação Internacional de Terapeutas de Yoga (layt).	H	150	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00
5	Instrutor(a) de ARTETERAPIA ministrar aulas em diversas modalidades: como pinturas em MDF, gessos, biscuit e decoupage. Profissional Com Certificado ou Curso de Arteterapia, podendo ser dentro das áreas artísticas como: Artes Cênicas, Artes Visuais, Artesanato entre outros, certificado mínimo de 40 horas.	H	150	R\$ 95,00	R\$ 14.250,00
6	Instrutor(A) de BIODANÇA ministrar Oficina dessa modalidade, sendo que o profissional deverá ter formação em Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física, e com certificado ou Curso na área de Biodança, de no mínimo 40 horas.	H	200	R\$ 72,00	R\$ 14.400,00
Total do Fornecedor:					R\$ 70.650,00
Total do Geral:					R\$ 70.650,00